

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE
SESIMBRA REALIZADA NO DIA 22 DE FEVEREIRO DE 2002**

-----Aos vinte e dois dias do mês de Fevereiro de dois mil e dois, no Auditório Conde de Ferreira, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Sesimbra sob a presidência do Sr. Carlos Manuel Gouveia Lopes, e secretariada pelos Sr.s Fernando Eduardo Marques Antunes e José Carlos Ferreira Ezequiel, Primeiro e Segundo Secretários, respectivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1. **Apreciação da Actividade Municipal;**-----
- 2. **Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para Delegado ao Congresso Nacional da Associação Nacional de Municípios Portugueses;**-----
- 3. **Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar a Assembleia Distrital de Setúbal;**-----
- 4. **Eleição de um Representante dos Interesses dos Utentes para Integrar a Comissão Concelhia de Saúde;**-----
- 5. **Eleição de um Representante para integrar o Conselho Geral do Hospital Garcia de Orta;**-----
- 6. **Eleição de um Autarca de Freguesia para Integrar o Conselho Cinegético Municipal;**-----
- 7. **Regimento da Assembleia Municipal;**-----
- 8. **Composição das Comissões Especializadas da Assembleia Municipal;**-----
- 9. **Eleição dos Coordenadores das Comissões Especializadas;**-----
- 10. **Alteração de Âmbito Limitado do Plano de Pormenor do Pinhal do General;**-----
- 11. **Contratação de Empréstimo a Curto Prazo pela Câmara Municipal de Sesimbra até 10% dos Fundos de Base Municipal e Geral Municipal 2002.**-----

-----Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças: Carlos Manuel Gouveia Lopes, Miguel Maria Ferraz Alarcão Bastos, Américo Manuel Machado Gegaloto, José Carlos Ferreira Ezequiel, Lisandro Manuel Ribeiro Trafaria, João Paulo Marques Dionísio, Sérgio Paulo Gomes Pereiro, Maria Aurora de Cruzeiro Álvaro de Afonso Lopes, Maria Albertina Cardoso Fernandes Oliveira, Joaquina Odete Martins da Graça, Carlos Afonso Guerreiro da Luz e Silva, Fernando Eduardo Marques Antunes, José Henrique Peralta Polido, Sandra Marília Martins Rodrigues de

Carvalho, Aires Patrício Fernandes Lisboa, Carlos Filipe Pereira de Oliveira, Francisco Caupers de Sousa Alvim, Ricardo Jorge Peixoto Pinto Simplício, Maria de Jesus Amiano Marques, Júlio Alves Joaquim, José Fernando Brito Andrade, António Augusto Vieira Gomes, Augusto António Marques Duarte e Félix Manuel Fernandes Perneco Rapaz. -----

-----Comprovada a existência de quorum, **o Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas e cinquenta e cinco minutos.-----

-----Verificou-se também a presença do Presidente da Câmara, Amadeu Penim, do Vice-Presidente Manuel José Cardoso Alves Pereira, e dos Vereadores Alberto Manuel Gameiro Santos, Augusto Manuel Neto Carapinha Pólvora, Felícia Maria Cavaleiro da Costa, José Manuel Lobo da Silva e Maria Argentina Amiano Marques.-----

-----Informou, em seguida, que o Membro António Carlos Cesário Dias, eleito pela Coligação Democrática Unitária, comunicara a renúncia ao mandato por motivo de se ter que ausentar do País pelo período de três anos por razões de ordem profissional, tendo convocado, em sua substituição, o cidadão Aires Patrício Fernandes Lisboa.-----

-----Verificou a identidade e a respectiva legitimidade e declarou-o investido nas suas funções como Membro efectivo da Assembleia Municipal, tendo-lhe desejado felicidades no desempenho do cargo. -----

-----Informou depois que o Membro António Jorge Pinto Alves, eleito pela Lista do PS, solicitara por motivos de ordem profissional, a suspensão do seu mandato, pelo período de dois meses, pelo que perguntava ao plenário se aceitava o seu pedido. -----

-----Não tendo havido qualquer objecção, o pedido de suspensão foi aceite e o Presidente da Assembleia verificou a legitimidade e a identidade da cidadã Maria Albertina Cardoso Oliveira, que convocara em substituição do Membro António Jorge Pinto Alves, e declarou-a investida nas suas funções como Membro da Assembleia Municipal, tendo-lhe desejado, igualmente, felicidades no desempenho do cargo. -----

-----Informou, por último, que o Membro Germano Óscar Amorim Barros, eleito pela Lista da Coligação Eleitoral PPD-PSD.CDS-PP comunicara a sua substituição pelo período de 3 dias, tendo convocado o cidadão José Fernando Brito Andrade a quem verificava a legitimidade e a respectiva identidade e declarava-o investido nas suas funções de Membro da Assembleia Municipal, tendo-lhe desejado igualmente felicidades no desempenho do cargo.-----

-----Nesta conformidade, passou-se a registar vinte e três presenças e uma ausência a do Membro José Henrique Peralta Polido.-----

-----Informou depois que as actas da Assembleia Municipal de 22 de Junho e 13 de Julho, ambas de 2001, assim como as duas actas da primeira reunião de funcionamento, realizadas em 7 de Janeiro e 8 de Fevereiro de 2002, haviam sido enviadas aos Líderes de Bancada, conforme estipulava o Regimento, pelo que perguntava se havia algumas sugestões de alterações a fazer.-----

-----Não havendo nada a opor, os textos finais das actas foram considerados aprovados.-----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal**, lembrou em seguida que no dia 11 de Março ía ter lugar a eleição da Assembleia Metropolitana de Lisboa. As urnas estariam abertas, de acordo com o Regulamento dessa mesma eleição, entre as 20h30 e as 22h30, nesta sala. Oportunamente seria enviado respectivo anúncio. -----

-----Pedi depois que os membros reservassem o dia 20 de Abril para a habitual visita ao Concelho, que desde o mandato anterior passara a ser tradicional. A Assembleia Municipal, juntamente com a Câmara Municipal haviam feito duas visitas, uma no início do mandato e outra a meio do mandato, para se ganhar alguma sensibilidade e algum conhecimento sobre determinadas situações que se verificavam no Concelho e poderem acompanhar mais de perto qual o seu estado. -

----- Quanto à relação do expediente recebido desde a realização da última sessão, ele fora enviado a todos os Membros e o mais recente fora distribuído no início da sessão. -----

-----Sobre o mesmo perguntava ao Plenário se desejava algum esclarecimento adicional, mas nenhum Membro diligenciou nesse sentido. -----

-----Fez no entanto um destaque relativamente a um ofício enviado pelo Vereador Augusto Pólvora, que de acordo com a Lei comunicava à Assembleia Municipal o seguinte: -----

-----"Nos termos e para os efeitos do previsto no nº. 1 do artº. 6º. da Lei nº. 64/93 de 26 de Agosto, venho por este meio comunicar a V. Ex^a. que para além das funções de Vereador da Câmara Municipal de Sesimbra em regime de meio-tempo, nas quais fui nomeado em 6 de Fevereiro de 2002, exerço igualmente as funções de Administrador-Delegado da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal, cargo profissional que já exercia à data da nomeação nas funções de Vereador em regime de meio-tempo." -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal disse em seguida que dado a Ordem de Trabalhos da presente sessão ser muito extensa a Mesa solicitava alguma contenção nos tempos de intervenção e

na reunião de líderes procurara-se fazer uma previsão de terminar a Ordem de Trabalhos por volta da uma hora da manhã. -----

-----Aberto o Período de "Antes da Ordem do Dia", usou da palavra o **Membro Odete Graça**, que em nome da Bancada da CDU saudou todos os presentes e desejou um bom trabalho e felicidades no cargo para que haviam sido eleitos. Era evidente que estava com algum atraso para uma manifestação deste género, na medida em que o 16 de Dezembro já lá ía, mas não podia deixar de manifestar o quanto representara para a CDU de positivo a participação da população no acto eleitoral dos órgãos autárquicos de uma forma cívica, forma aliás que já os habituara noutras eleições. -----

-----Saudou a população do Concelho de Sesimbra por essa sua manifestação e desejou que todos soubessem compreender o voto que lhes tinha sido dado e também o perfil da votação política ou partidária que resultara da votação. -----

-----Saudou todos eleitos e eleitas que estavam pela primeira vez nos órgãos autárquicos do Concelho. Pensava que era necessariamente uma atitude, não só saudável, de juventude, independentemente de estarem ainda, ou não, no escalão etário, mas era sobretudo uma grande responsabilidade que a CDU gostaria de sublinhar pela importância que isso representava como renovação do poder local autárquico do Concelho de Sesimbra. -----

-----Gostaria também de realçar todos aqueles que tinham votado pela primeira vez nos órgãos autárquicos. Esses, para a CDU, mereciam uma referência especial não só porque expressaram a sua vontade para os órgãos do município onde eles eventualmente viviam, estudavam, trabalhavam e se formavam, mas essa votação, em termos de responsabilidade, era acrescida na medida em que eles tinham acreditado nas pessoas que se haviam candidatado, no projecto apresentado e acreditavam num Concelho melhor. -----

-----Realçou em seguida a nova configuração política que resultara do dia 16 de Dezembro. -----

-----Não se podia esquecer aquilo que começava a ser uma preocupação dominante que era o nível alto de abstenção. Esse resultado quer a nível local, quer a nível nacional era por um lado um cartão amarelo a alguns, intermitente para outros, e sobretudo verde para alguns. Estes sinais deviam ser avaliados por cada um na medida em que era cada vez mais necessário que se soubesse por um lado dignificar os órgãos porque estavam ali numa posição de legitimidade social e política e quando de facto não eram capazes de assumir essa legitimidade as eleições resultavam de facto

noutra postura. -----

-----Por outro lado pensava que era fundamental acreditar nos eleitos. Hoje, cada vez mais, se reconhecia na palavra das pessoas, do cidadão quase que anónimo, que não valia a pena acreditar, não valia a pena votar porque as causas não eram tidas em conta, os princípios não eram considerados e por isso a confiança nos eleitos devia começar pelos membros enquanto Assembleia Municipal numa atitude pedagógica de renovação da posição de confiança aos eleitos. -----

-----Quis depois realçar o quanto era importante que a palavra cidadania, hoje em dia muito comum, não fosse uma palavra vã. Cada vez mais se devia vivê-la e praticá-la tendo a consciência que as pessoas tinham que participar na votação e não votavam por ser A ou B, ou por ser o Partido A ou B, por isso aproximando-se o dia 17 de Março, todos deviam ter um papel importante na democratização do poder local no sentido de não só sensibilizar as pessoas para a importância do seu voto mas reconhecer que o seu voto era importante para a definição do trabalho político do Concelho. -----

-----Usou em seguida da palavra o **Membro Carlos Filipe** que iniciou a sua intervenção desejando a todos os autarcas os melhores augúrios para os seus trabalhos e que os 4 anos fossem produtivos para o Concelho. -----

----- Passou em seguida a apresentar a seguinte **Declaração Política**. -----

-----"Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Sesimbra -----

-----*O Grupo Parlamentar do PSD/PP nesta primeira reunião da Assembleia Municipal, do presente mandato, em que existe a possibilidade de proceder a declarações políticas, não pode deixar de manifestar o seu profundo desagrado e protesto face à contratação por parte da Câmara Municipal de Sesimbra de um assessor, que está a auferir um vencimento de 5.500 Euros mensais, valor muito acima dos praticados para os restantes colaboradores da mesma categoria, nesta autarquia. -----*

-----*Mas se só por si o facto é grave em termos de equidade, no caso vertente assume contornos de escândalo político, quando a pessoa contratada, é um candidato a vereador da Câmara Municipal, que pelo resultado expresso pela população nas urnas, no Partido Socialista, o arredou do elenco executivo. -----*

-----*Consideramos assim, que o comportamento da maioria hoje constituída no executivo camarário com o acordo PS/CDU, uns por acção e outros por omissão, assume contornos de*

clara violação de princípios de ética política pois impõe ao concelho uma personagem que claramente este rejeitou, com a agravante de o premiar com um vencimento cerca de três vezes superior ao que iria auferir caso fosse eleito.-----

-----Mas este comportamento do Partido Socialista, vem também na sequência da prática generalizada a nível nacional dos "jobs for the boys" que a maioria absoluta existente no mandato anterior na autarquia também praticou, ao colocar em lugares da mesma natureza irmãos, filhos amigos e camaradas, não havendo, relativamente a alguns deles, a noção das suas verdadeiras funções, ou a valia do seu contributo, a não ser aquela que a prática revela, e que é a de verdadeiros comissários políticos.-----

-----Todo este verdadeiro "regabofe", que é sustentado com os impostos que os munícipes pagam, demonstra o profundo desconhecimento ou desprezo por regras de bom senso que deveriam nortear a actuação dos responsáveis pela autarquia.-----

-----Esta situação é tão mais grave, quando a maioria PS/CDU, nega a vereadores, efectiva e democraticamente eleitos pela população, e com provas dadas, as condições mínimas para exercerem o mandato e as funções de responsabilidade que o Sr. Presidente da Câmara lhes pretendia atribuir.-----

-----Mas se todos estes factos merecem o nosso repúdio e protesto, o facto de, quer o Sr. Presidente quer o próprio beneficiário da contratação, aparecerem nos órgãos de comunicação social, a manifestarem com a maior naturalidade a bondade dos seus actos nesta matéria. Isso preocupa-nos seriamente e faz-nos temer pelo futuro da gestão deste concelho.-----

-----Só por autismo ou por arrogância é que a maioria PS/CDU não notou as reacções negativas não só do PSD/PP como de uma população inteira verdadeiramente chocada com a contratação deste assessor.-----

-----Só por autismo ou por arrogância é que não se vê que este comportamento é ofensivo dos sentimentos de uma maioria substancial da população, a quem o Partido Socialista prometeu o céu e a lua, com o pagamento de substanciais indemnizações por falta de acordo de pesca com Marrocos, promessas essas difundidas abundantemente pelos órgãos de comunicação local, com directos de Bruxelas com o ministro da Agricultura e Pescas.-----

-----Mas as promessas não passaram disso mesmo, e hoje são efectivas as dificuldades de muitas famílias do concelho, enquanto para outros a vida sorri, banquetecendo-se à mesa do

orçamento para o qual todos contribuímos. -----

-----Aqui temos um bom exemplo do que é uma verdadeira política de esquerda! -----

-----Por aqui vemos como e de que forma a esquerda pensa nas pessoas! -----

-----Só falta levar os paços do Concelho para o Castelo, em que a maioria socialista tanto investiu no mandato passado, para podermos mostrar ao mundo como em Sesimbra se implantou o feudalismo dos tempos modernos." -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal disse que se vinha mantendo na Assembleia Municipal uma cultura própria em relação à discordância e à diferença de opiniões que eram naturais e salutares, portanto o sal e a pimenta faziam bem no debate mas que não se procurasse, na sequência da intervenção do Membro Carlos Filipe pôr-se sal e pimenta demasiada e se ficasse com um prato difícil de tragar. -----

-----Usou depois da palavra o Membro Miguel Bastos que iniciou por saudar todos os presentes e manifestar a sua satisfação e o seu agrado pela Assembleia Municipal presente, principalmente por aqueles que nunca lá tinham estado. Hoje, mais do nunca, e sempre, a renovação era fundamental e pensava que alguns começavam a estar demasiado tempo na Assembleia Municipal mas não era por vontade ou por vocação mas sim numa perspectiva de prestarem um serviço público que achavam que tinham obrigação e por vezes porque não era fácil renovar e encontrar nos jovens o interesse pela participação na vida democrática, e o que era um facto era que se não se participasse não havia democracia e já se vivera muitos sem democracia. -----

-----Subscrevia na totalidade as palavras do Membro Odete Graça e obviamente discordava das palavras do Membro Carlos Filipe de Oliveira em alguns aspectos.-----

*-----Passou em seguida a ler a seguinte **Declaração Política**: -----*

-----"Gostaria em primeiro lugar de saudar a população do Concelho de Sesimbra e congratular-me pela sua participação nas eleições autárquicas de 2001. -----

-----É um facto que a abstenção tem que nos preocupar. Em algumas situações tinham os seus fundamentos e compreendamo-las, noutras decisivamente não consigo encontrar justificação para elas. -----

-----Penso que passa por nós um papel extremamente importante de combate à abstenção, não só pela postura que vamos tomando em cada um dos órgãos e pelo trabalho que desenvolvemos, mas também pelo lutar por determinadas questões que por insuficiência de todos nós, uns com

mais responsabilidades que outros, não temos conseguido ultrapassar. -----

-----Focaria como um aspecto de "cavalo de batalha" que tenho vindo a desenvolver ao longo dos anos - a educação cívica nas escolas. Acho que é uma falha que me revolta profundamente. Enquanto as nossas escolas continuarem a considerar que a educação cívica das pessoas não deve ser realizada nas escolas, se não passar do papel para a prática, e quem fala na educação cívica fala na educação sexual e de outros aspectos que são fundamentais neste processo, continuaremos a dar cacetadas em nós próprios e acho que não melhoraremos as situações. -----

-----Em segundo lugar gostaria de transmitir á população que nos reelegeram que não regateamos esforços para cumprir a confiança que depositaram em nós. Ganhámos na Assembleia Municipal, ganhámos na Câmara Municipal e ganhámos nas Juntas de Freguesia. Ao contrário do que o PSD dizia nesta mesma Assembleia e não só, ao longo dos vários meses atrás, Sesimbra não hesitou em dar-nos de novo o seu mandato. Lamentamos contudo alguns aspectos menos dignos da campanha eleitoral, nomeadamente o comunicado que o PSD entendeu fazer à população da Quinta do Conde acerca da repetição das eleições para a Assembleia de Freguesia. Os insultos, a demagogia, as inverdades que ali estavam expressos são um atentado à democracia e à dignidade dos políticos e do poder autárquico, ou será que numa manobra política pretendiam ganhar num segundo acto eleitoral aquilo que inequivocamente tinham perdido no primeiro? É esse o respeito que temos pelas instituições? Se assim é não vale a pena continuarmos.-----

-----Os resultados obtidos correspondem sensivelmente ao que esperávamos. O PSD, com os votos do CDS, já em 1997 teria eleito um segundo vereador. -----

-----Na realidade dois ou três aspectos da gestão autárquica do PS atrasaram-se na sua concretização o que não nos permitiu reforçar a nossa posição. -----

-----Após as eleições e da leitura dos seus resultados e considerando que devem estar acima dos interesses do PS os interesses do Concelho, concluímos que deveríamos desenvolver todos os esforços para que fosse possível criarem-se as condições para a Câmara de Sesimbra ter uma gestão participada por todas as forças políticas que aceitassem nela se integrar. O PSD não quis participar nesse tipo de gestão, recusando-se responsabilizar-se colectivamente com o PS e a CDU numa governação autárquica. Está no seu direito. Não pode é dizer que foi excluído ou marginalizado, auto-excluiu-se na clara intenção de ser oposição sozinho, julgando assim, que

numa política de permanente "bota abaixo" conseguirá alguma vez vir a ser poder neste Concelho.-----

-----Não pretendemos que ninguém neste Concelho se sinta coarctado dos seus direitos. Qualquer autarca ou força política está no seu direito de não concordar ou de rejeitar, apenas e só pretendemos um empenhamento profundo de todos para que encontremos as melhores soluções que sirvam o Concelho.-----

-----O futuro dirá quem tem razão. Da nossa parte estamos confiantes. Acreditamos na aposta de uma gestão participada, não excluiremos ninguém nem mesmo aqueles que se auto-marginalizaram, mas acreditamos cegamente que no final deste mandato iremos reforçar a nossa posição. -----

-----Quanto à questão controversa da assessoria do Dr. Cristovão Rodrigues, aquilo que eu gostaria de transmitir a esta Assembleia e à população do Concelho é o seguinte:-----

-----Sou autarca deste concelho há 23 anos, já fui por duas vezes vereador da Câmara Municipal de Sesimbra, fui Presidente desta Assembleia, vou no meu sétimo mandato, conheci portanto de perto e por dentro todos aqueles que por cá passaram. Em termos de autarcas para a Câmara Municipal não tenho dúvidas nenhuma que o meu camarada Cristovão Rodrigues foi dos melhores que por lá têm passado. A sua formação técnica e humana, a sua capacidade crítica e de gestão, o seu sentido de análise, são sem dúvida valores que esta autarquia e este Concelho não deviam perder. O Dr. Cristovão Rodrigues no mandato 1997-2001 constituiu sem dúvida uma mais valia preciosa para o Município.-----

-----Foi nesta conjuntura e dado que devido aos condicionalismos das próprias listas e do sistema eleitoral não foi eleito, que analisamos e equacionamos se deveríamos, ou não, perdê-lo neste mandato. Não temos dúvidas que se as eleições autárquicas fossem nominais, isto é escolher pessoa a pessoa, ele seria um dos eleitos, se têm dúvidas vão às colectividades, vão às escolas, às instituições de solidariedade social, vão junto dos jovens, em suma vão junto da população do Concelho e perguntem-lhes o que pensam. -----

-----Por tudo isto considerámos que seria útil e uma mais valia para o Concelho o sua manutenção como assessor. Eu compreendo que ao PSD, no seu papel de oposição do "bota abaixo", tenha especulado com esta questão, era fácil, era visível, desperta invejas e intrigas, em suma, faz o seu papel, não compreendo é que o faça de forma insultuosa. -----

-----*Eu compreendo que não é fácil entender e aceitar os valores da contratação mas eles estão dentro da linha de qualquer assessoria deste tipo dentro da Câmara Municipal e fora dela. São valores cumulativos que incluem 14 meses em 12 meses, com participações para a segurança social e outros itens que inevitavelmente vão inflacionar o valor final.* -----

-----*Da minha parte dou todo o apoio à sua contratação pois tenho a certeza que o trabalho que irá realizar constituiu, sem dúvida, um investimento desta autarquia.* -----

-----*Quero agradecer aqui ao Cristovão Rodrigues por ter aceite continuar o seu trabalho nesta autarquia e quero agradecer ao Amadeu Penim por ter tido a coragem para o fazer.* " -----

-----Usou depois da palavra o **Membro Carlos Afonso Luz e Silva**, que começou por dizer, relativamente à contratação da assessoria, que a CDU não tinha qualquer coligação com o PS, não assinara nenhuma contrato, não deixaria de pedir a maior contenção e rigor nas despesas correntes, e não abdicava, enquanto eleitos, da sua independência sobre aquelas matérias. Portanto era falsa a referência que lhe era feita em termos de omissão sobre a questão da contratação do assessor. A CDU, nos sítios certos, tomara a sua posição e assumia a sua responsabilidade sobre a matéria. A contratação do assessor era uma competência estrita do Presidente da Câmara. Não era competência da Assembleia Municipal, a não ser em termos de carácter fiscalizador. -----

-----O **Membro Carlos Filipe Oliveira** disse que o PSD não faria na Assembleia Municipal aquilo que a CDU fizera há 8 anos de exigir que o PSD mostrasse o acordo que existia com o PS. O PSD não ía atirar pedras a ninguém, os Partidos eram livres de fazer os acordos que entendessem e tinham legitimidade para o fazer, portanto não ia pedir que mostrassem acordos. Iam-se comprometer numa gestão durante os próximos 4 anos, aliás o PSD achava normal, só estranhava era que quem durante o último mandato dissera cobras e lagartos uns dos outros e se criticara seriamente a gestão dos 23 anos, e em que a CDU atacara de uma forma exuberante e directa a gestão do Partido Socialista, agora estivessem tão em acordo e tão juntos para gerir o Concelho. ---

-----O que se passava em Sesimbra era um fenómeno que se passava a nível nacional, não só em termos de aproximação política entre o PS e o PC, mas também um certo esvaziar de conteúdo do próprio PS por integração de algumas forças políticas no seu seio e que o arrastavam para alguma esquerda ou mais à esquerda, mas isso era um problema do PS e da CDU, só esperava que se fizesse alguma coisa pelo Concelho. -----

-----A CDU, do ponto de vista do PSD, devia expressar publicamente a sua posição

relativamente à contratação do assessor e remetera-se para um profundo silêncio. Pensava que esta não era uma forma de assumir responsabilidades porque se assim era, sempre que houvesse alguma questão complicada e que necessitasse de uma intervenção frontal, a CDU diria sempre que não era com ela, ou seja sacudindo nitidamente a água do capote e não se responsabilizando com nada. -----

-----Se esta situação tivesse ocorrido no mandato passado não haveria ninguém que calasse o Membro Carlos Afonso e agora ouvira-se o barulho do silêncio sobre a matéria. -----

-----Relativamente à intervenção do Membro Miguel Bastos, compreendia que o PS estivesse numa situação complicada neste mandato, compreendia que a melhor forma de defender era atacar e não esperava outra coisa do PS, desde o início do mandato, de dizer que o PSD estava no "bota abaixo". Sempre que o PSD dissesse alguma coisa era logo acusado de que estava no "bota abaixo".

-----O PS, não no mandato passado, mas no anterior, também rejeitara a participação activa e os pelouros na Câmara Municipal dizendo que não tinha condições para exercer o mandato. Com o PSD sucedera a mesma coisa, não tendo condições não podia aceitar as responsabilidades. Era uma atitude perfeitamente aceitável. Há dois mandatos atrás depois do PS ter entregue os Pelouros passou a exercer oposição, tendo perguntado se queriam maior prova do "bota abaixo" do que o exercido naquela altura pelos elementos do PS. Tinham dito cobras e lagartos sobre algumas situações e depois retomaram-nas quando passaram a ser poder aprovando-as, ou seja se alguém dentro desta autarquia exercera uma política do "bota abaixo" e de terra queimada fora o PS há dois mandatos atrás. A posição do PSD nunca fora a do "bota abaixo". Participaria na medida das suas possibilidades e na medida em que o deixassem. -----

-----Compreendia que o Membro Miguel Bastos defendesse a contratação do assessor, mas ficava preocupado por o PS não ver os verdadeiros sentimentos e as reacções das pessoas da rua, dos eleitores, da população, e continuar a achar que o que fizera estava muito bem. -----

-----O PSD era livre de expressar a sua opinião sempre. A população daria na altura certa a resposta à questão. -----

-----A questão dos assessores do PS não era nova, já se assistira a uma série de situações idênticas, mas eram situações que, do ponto de vista do PSD, eram ética e politicamente duvidosas, e o PS não devia ter aquele comportamento, mas estava-se dentro de uma mera questão de ser A ou B. Agora a questão era outra, era a contratação daquele assessor na altura em que se verificara, acrescido dos custos que a contratação trazia para a autarquia. Se o Partido Socialista achava que

este assessor era tão importante e tão válido para o PS, provavelmente deveria ter ponderado no momento em que elaborara as listas. Se aquele elemento não fosse o quarto da lista e outro estivesse naquele lugar perguntava então quanto é que custaria a sua contratação como assessor.-----

-----Usou em seguida da palavra **o Membro Francisco Alvim** que relembrou que em Novembro do ano passado como Membro da Comissão "C" solicitara ao respectivo Coordenador que a Assembleia Municipal tomasse um melhor conhecimento sobre o que seria o Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa. Não se tomara em consideração para a reunião seguinte da Assembleia Municipal porque em princípio o prazo seria prorrogado. Ele na altura chamara a tenção que não se devia "contar com o ovo no rabo da galinha", mas de facto fora o que acontecera porque com o atraso que se verificara com a eleição da Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde, esta Assembleia Municipal acabara por não se pronunciar sobre o assunto nem sequer tomar conhecimento. -----

-----A Associação de Municípios pronunciara-se sobre o PROTAML, mas ele gostaria que houvesse um esclarecimento da Assembleia Municipal. -----

-----Usou depois da palavra **o Membro Miguel Bastos** que disse que realmente nem tudo era "bota abaixo" por parte do PSD porque o Membro Carlos Filipe dissera que esperava que o PS e a CDU fizessem alguma coisa pelo Concelho. -----

-----Disse depois que o que manifestara na sua última intervenção relativamente à contratação do assessor Cristovão Rodrigues era uma opinião pessoal, não era posição da sua Bancada. -----

-----Prosseguiu dizendo que a questão dos assessores era muito antiga. Havia outros assessores na Câmara Municipal, e nunca haviam sido levantadas questões sobre esses mesmos assessores, portanto não percebia porquê tanto barulho à volta do Cristovão Rodrigues. -----

-----Pensava que o PSD tinha todo o direito de exercer o mandato como oposição no respeito pelos órgãos democráticos, ele só não concordava com determinadas formas de o fazer, como por exemplo referenciar que a gestão PS/CDU não augurava nada de bom para o Concelho, isto não fora dito pelo Membro Carlos Filipe, mas fora dito por um companheiro de Bancada. -----

-----Acabara há pouco tempo uma eleição autárquica em que democraticamente as pessoas se haviam expressado. O PS ganhara com toda a legitimidade o direito de governar e o PSD dizia que não augurava nada de bom. Para um início de mandato achava que era uma política de "bota abaixo" e de insulto, mas pelos vistos o PSD teria os seus próprios conceitos. Se as pessoas estavam

numa posição construtiva deveriam pelo menos perceber como é que as coisas se processavam. -----

-----**O Membro Carlos Filipe Pereira de Oliveira** disse que a questão do companheiro considerar que não augurava nada de bom, do seu ponto de vista era um exercício legítimo de interpretação até dos comportamentos do PS e da CDU em tempos anteriores porque era verdade que a CDU durante o último mandato dissera cobras e lagartos da gestão socialista, era verdade que o PS dissera cobras e lagartos da gestão CDU durante os 23 anos, reconheciam-se mutuamente incapacidades de gestão do concelho e agora juntavam-se. Portanto o seu companheiro quando dizia que não augurava nada de bom era exactamente decorrente de uma interpretação das próprias posições da CDU e do PS durante um conjunto de anos. Era apenas uma constatação de factos. Mas ele esperava que se conseguisse fazer alguma coisa pelo Concelho e tinha-se quatro anos para ver. -

-----**O Membro Miguel Bastos** disse que o PSD já estivera coligado com o PS num sistema governamental, já estivera coligado com o PP noutro sistema governamental. Pensava que as coligações eram analisadas passo a passo conforme as situações políticas o determinavam, e encontrados pontos de luta comum no sentido do bem estar. -----

-----**O Membro Carlos Filipe** disse que era verdade que as pessoas mudavam e era legítimo, aliás já vira a Bancada do PS votar contra propostas, para, no mandato a seguir, votar exactamente as mesmas propostas a favor. -----

-----**O Membro Odete Graça** disse que se estava num período quente eleitoral. A CDU aceitara trabalhar e vinha-o fazendo em condições que eventualmente o PS não as tinha antes e provavelmente o PSD também não as tinha. Portanto era bom que se dissesse que a CDU aceitava o compromisso que a população lhe dera para participar dignamente nos programas que defendia e era nessa condição que a CDU estivera no passado, no passado recente e estava hoje. -----

-----A CDU não tinha medo das críticas porque sempre aceitara criticar pela positiva no sentido de dar o seu contributo para que melhor o projecto pudesse sair, que melhor a construção pudesse se adaptar, que melhores condições pudessem daí resultar para a população do Concelho. -----

----- A CDU não tinha problemas em criticar porque sempre o fizera, não só de uma forma correcta, positiva, como consciente do ponto de vista político, sempre na salvaguarda daquilo que entendia como sendo os seus princípios e sempre na defesa do bem estar da população. -----

-----A CDU já estava habituada a que nas alturas das campanhas, nada lhe fosse perguntado, talvez devido ao perfil ou à imagem que podia perturbar o arco-íris da televisão, mas o que

realmente acontecia era que muitas vezes a CDU não era convidada a pronunciar-se, e se calhar a intenção era precisamente ser esquecida até porque "quem não aparece esquece". Era evidente que a CDU não estava de acordo com a contratação do assessor, independentemente do valor, da capacidade, da honestidade, mas era evidente que era uma forma encapotada de ter um vereador como assessor, e do seu ponto de vista era uma forma incorrecta do ponto de vista social, porque se era verdade por um lado o trabalho positivo, dito pelo Membro Miguel Bastos, nas escolas, no movimento associativo, nas instituições, no trabalho, etc, tinha a consciência que não encontrara ninguém até hoje que não tivesse ficado surpreendido com a remuneração acordada. -----

----- O PS, ao assumir esta gestão teria obviamente a consequência de as pessoas não concordarem com a mesma e teria certamente que digerir as consequências políticas daquilo que do ponto de vista da CDU não era de boa gestão. -----

----- **O Membro Carlos Filipe** disse que o PSD estava disposto a trabalhar. Para isso bastava que dessem ao PSD exactamente as mesmas condições que haviam dado à CDU, que na verdade haviam sido negadas. -----

----- Usou em seguida da palavra o **Membro Américo Gegaloto** que disse que não se revia de forma nenhuma nas palavras ditas pelo Membro Carlos Filipe por uma expressão que dissera "a forma como a maioria pensa nas pessoas", efectivamente não tinha dúvidas que esta maioria do mandato anterior pensava nas pessoas, bastava lembrar o que fora feito na Câmara de Sesimbra e a forma como os trabalhadores encaravam o executivo. O grande problema do PSD a nível nacional era precisamente não pensar nas pessoas, e agora de um momento para o outro, arrastado para a esquerda, passou a pensar nas pessoas, quando em momentos chave para pensar nas pessoas não apresentara propostas. -----

----- O PS e a CDU decerto não estavam a voltar à esquerda. Era o PSD que dava as cambalhotas para o lado da esquerda, com políticas sociais e propostas sociais que nunca se vira e que ficava espantado. -----

----- A questão do assessor como já fora dito era uma competência da estrita responsabilidade do Presidente da Câmara, mas também não era uma questão nova, nem na Câmara de Sesimbra, nem nas Câmaras com presidentes do PSD. O problema que se colocava aqui era precisamente porque se estava num período quente em que tudo servia, como tudo servira no período eleitoral para fazer chicana política para desviar as atenções para outro lado quando efectivamente se estava a

extrapolar questões do Concelho com questões nacionais.-----

-----Por outro lado não reconhecia a nenhum Membro da Bancada do PSD que em seu nome ou no de algum camarada de Bancada dissesse que tinha sido feito um acordo com a CDU. Estavam prontos para trabalhar, acordos pontuais, acordos de trabalho, julgava que isso era válido fosse com a CDU ou com o PSD ou com outra força política que eventualmente ali estivesse representada. ----

-----Desejava que fosse feito trabalho útil na Assembleia Municipal e que não se discutisse só questões políticas mas questões concretas que mexiam com as pessoas e melhoravam o seu dia a dia no Concelho. -----

-----Não atirando pedradas nos telhados dos outros, só lembrava que há oito anos atrás alguém fora nomeado para assessor do presidente da Câmara que também tinha perdido as eleições para a Junta de Freguesia da Quinta do Conde, e o PSD nessa altura não se ouvira.-----

-----Passou em seguida a fazer uma recomendação à Câmara mais propriamente ao Vereador do trânsito.-----

----- Ele há pouco tempo fora objecto de um acidente de viação que felizmente não tivera consequências graves e ficara apreensivo quando lera a notícia do jornal de uma pessoa que havia sido atropelada numa passadeira na Quinta do Conde. -----

-----Assim, face aos diversos acidentes que vinham ocorrendo na Quinta do Conde, e aquele fora de facto o mais empolado porque saíra nalguns órgãos de comunicação devido às consequências trágicas que tivera, e à forma como se circulava nas ruas da Quinta do Conde e nas avenidas, e contrariamente ao que fora dito na Assembleia Municipal sobre o separador, na Avenida da Liberdade, onde havia separador não havia acidentes. Não estava a defender o separador, mas o que defendia era que naquelas vias se procurassem criar condições e medidas para que a circulação não se fizesse com velocidade excessiva ou inadequada para as condições da via. -----

-----Na Quinta do Conde como noutros locais do Concelho deviam ser tomadas medidas necessárias ou que se entendessem pertinentes, até porque cada vida valia por si e não pela quantidade, designadamente a colocação de lombas limitadoras da velocidade ou outros mecanismos que se reputassem como adequados, solicitar a fiscalização às autoridades policiais com apelo aos radares de velocidade. Se fosse possível, esta recomendação seria extensível aos restantes locais do Concelho nos locais considerados pertinentes. -----

-----Pensava que existia um esforço significativo do executivo no sentido de dotar a Quinta do

Conde com sinalização adequada, contudo, ainda que a sinalização existisse, o excesso de velocidade verificava-se com muita frequência. -----

-----**O Membro Carlos Filipe** disse que o Membro Américo não devia confundir as coisas, porque ao dizer que bastava ver os trabalhadores da Câmara para se constatar como o PS pensava nas pessoas, ele lembrava-se logo da proposta aprovada pela Assembleia Municipal da criação de mais 230 lugares no quadro de pessoal. Esta não era a única forma de pensar nas pessoas e na altura o PSD tivera a oportunidade de dizer que aquela forma de gestão era exactamente não estar a pensar nas pessoas. -----

-----Relativamente aos assessores era evidente que sempre tinha havido nomeações de assessores, aliás o PS fora abundante em nomear assessores, mas uma coisa era a possibilidade de preencher alguns lugares de assessores e nem discutia a qualidade dos assessores que escolhera, as pessoas é que tinham que julgar se o trabalho fora positivo ou não, e com a eleição autárquica verificara-se que haviam muito menos pessoas a acreditar na gestão socialista apesar de terem ganho as eleições. -----

-----Mas voltando à questão dos assessores, uma coisa era a contratação de assessores para determinados cargos dentro de um quadro global de assessores, com valores perfeitamente aceitáveis dentro de uma equidade na Câmara Municipal em termos dos valores desenvolvidos, o PSD em determinada altura também nomeara um assessor, outra coisa era nomear um assessor com um valor em termos remuneratórios que ultrapassava todos os limites do razoável e dos valores praticados na Câmara Municipal, nomeadamente quando o assessor ganhava muito mais em termos básicos, do que o Presidente da Câmara.-----

-----**O Membro Miguel Bastos** disse que a preocupação do PS e dos vereadores na Câmara Municipal de Sesimbra com os trabalhadores fora uma realidade e não fora na questão do quadro de pessoal como o Membro Carlos Filipe pretendia dizer, fora nas condições de trabalho dos próprios trabalhadores, desde o equipamento de vestuário às instalações, passando pela parte de informatização, fora uma realidade inegável. Ao Membro Carlos Filipe só convinha especular na questão dos lugares, mas sobre esta questão o PS não tinha problemas em dizer que se devia lutar para criar condições para que trabalhadores que estavam contratados há uma data de tempo ficassem com a sua situação estabilizada. Por isso é que o PS dizia que aplicava uma política de esquerda e lutava por determinados ideias, ao contrário do PSD que queria uma política liberal de

despedimento sistemático que levava o País à ruína em determinados aspectos. -----

-----Usou em seguida o **Presidente da Câmara** que, em nome de todo o Executivo, saudou os eleitos da Assembleia Municipal e desejou um bom trabalho. Ele e todos os colegas de vereação tudo fariam para que nos 4 anos de mandato a Assembleia Municipal trabalhasse em conjunto com a Câmara, sempre na perspectiva do desenvolvimento do Concelho. -----

-----Relativamente à intervenção do Membro Francisco Alvim disse que fora ele que dera conhecimento àquele Membro que na reunião da Junta Metropolitana de Lisboa tinha sido deliberado por unanimidade que se devia solicitar a prorrogação do prazo de inquérito público por mais 60 dias. O governo assim não entendera e prorrogara apenas por 30 dias. A Câmara Municipal analisara o Plano e pronunciara-se na defesa dos interesses do Concelho. -----

-----O **Presidente da Assembleia Municipal** esclareceu que o período de inquérito público do PROTAML apanhara precisamente o período de campanha eleitoral e com o atraso do início normal dos trabalhos da Assembleia Municipal fruto da repetição da eleição da Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde não fora possível essa discussão. -----

-----Encerrado o **Período de “Antes da Ordem do Dia”**, o **Presidente da Assembleia Municipal** informou que ao nível da reunião da Comissão de Líderes fora vista a possibilidade de ser acrescentado mais um ponto à Ordem de Trabalhos referente à "**Construção do Pavilhão Gimnodesportivo da Quinta do Conde - Expropriação dos Lotes 2897, 2898, 2899 e 2900 do Conde 3 - Declaração de Utilidade Pública - Urgência do Processo - Posse Administrativa**" uma vez que todo o processo de construção já estava adjudicado pela Câmara Municipal e aguardava a resolução destes 4 lotes. Não tivera a oportunidade de antes da sessão saber a opinião do Líder da Bancada do PSD e se constituía consenso da Assembleia a inclusão de mais este ponto na Ordem de Trabalhos. Como o Membro Carlos Filipe se tinha ausentado por alguns instantes perguntava à Bancada se havia consenso na inclusão do assunto, tendo o Membro Alvim respondido que sim. -----

-----Submetida a votação a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do artigo 83º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, reconhecendo a urgência de deliberação, incluir na presente Ordem de Trabalhos, como ponto 12, o seguinte assunto: "**Construção do Pavilhão Gimnodesportivo da Quinta do Conde - Expropriação dos lotes 2897, 2898, 2899 e 2900 do Conde 3 - Declaração de Utilidade Pública**"

- Urgência do Processo - Posse Administrativa”-----

-----**O Membro Carlos Filipe** disse que o PSD não se opunha ao acrescento deste ponto na Ordem de Trabalhos porque se tratava efectivamente de um ponto urgente, mas não podia deixar de lamentar que um ponto que já havia sido tratado há algum tempo na Câmara Municipal tivesse sido enviado pela Câmara Municipal há última da hora para a Assembleia, quando poderia, do ponto de vista do PSD, ter sido atempadamente enviado à Assembleia Municipal. Não gostaria de forma alguma ver repetida esta situação para não se tornar uma regra do funcionamento da Assembleia Municipal. -----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal** esclareceu que também ele já fizera chegar aquele reparo à Câmara Municipal. -----

----- Deu, em seguida, início ao ponto 1 da Ordem de Trabalhos “**Apreciação da Actividade Municipal**”, lembrando os tempos regimentais e acrescentou que a informação prestada pela Câmara fora enviada atempadamente a todos os Membros. -----

-----Abertas as inscrições usou da palavra o **Membro Francisco Alvim** que manifestou interesse em saber a forma como a autarquia se expressara em relação ao Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa. -----

-----Cedida a palavra à **Câmara Municipal**, o **Presidente** referiu que o Vereador do Planeamento Urbanístico iria prestar algumas informações relativamente ao PROTAML.-----

-----Assim, o **Vereador Augusto Pólvora** começou por dizer que quando o processo fora à Câmara para deliberação ainda não detinha o Pelouro do Planeamento Urbanístico e portanto não acompanhara de perto a elaboração do parecer embora tivesse dado a sua opinião, porque antes da deliberação fora objecto de uma reunião de trabalho com todos os vereadores, onde tinham sido feitos uns acertos finais e obtivera-se uma posição de consenso que depois fora remetido à CCR. Não tinha trazido o parecer porque não vinha preparado para responder àquela pergunta. Podia informar que haviam questões de âmbito local e regional. -----

-----As questões de âmbito local centravam-se sobretudo a nível das acessibilidades pelo facto do PROTAML não contemplar alguns aspectos que a Câmara considerava relevantes relativamente ao Concelho de Sesimbra, nomeadamente melhor acessibilidade de Sesimbra a Lisboa e a acessibilidade de Sesimbra à nova estação de Coima. -----

-----Em relação às questões do ordenamento do território não haviam dúvidas de fundo porque a

proposta do PROTAML não mexia significativamente com a proposta do PDM de Sesimbra e com as opções que existiam em termos de planeamento para o Concelho. -----

-----Depois existiam críticas generalizadas do conjunto do Distrito de Setúbal que levava inclusivamente a uma tomada de posição da Associação de Municípios que era o registo de que havia uma contradição entre a proposta de ordenamento do PROTAML e as acções implementadas e os meios financeiros para a sua concretização, ou seja, na proposta do PROTAML defendia-se a criação de uma Lisboa com duas margens centralizada no rio Tejo, policentrada, com vários equipamentos espalhados pela AML e reconhecia-se que existiam áreas dentro da AML que tinham um atraso importante relativamente a outras áreas e que portanto era necessário fazer-se um esforço muito grande para que houvesse uma maior harmonia e homogeneidade em toda a AML e nesse sentido era preciso que houvesse núcleos policentrados dentro da AML que fossem mais dotados com equipamentos, de educação, saúde, investigação científica e que toda a política do Plano devia trabalhar nessa direcção. Depois quando se ia ao tal plano de acções para concretizar essa política registava-se que havia uma discrepância enorme entre os investimentos para a Península de Setúbal, para a margem sul do Tejo e para a margem norte do Tejo. No parecer da Câmara era feita referência a esse aspecto sem concretizar, mas podia informar que ao nível da Associação de Municípios do Distrito de Setúbal fora feito um levantamento exaustivo e elaborado um comunicado que dava exemplos claros, nomeadamente ao nível da rede viária, em 30 propostas que estavam concretizadas com calendarização e prioridades definidas, só 5 é que diziam respeito à Península de Setúbal. Na Ferrovia a proporção era idêntica, ao nível da saúde era um caso quase escandaloso porque apesar de haver 74% da população da AML a viver na margem norte., o nº. de camas em hospitais era oitenta e tal por cento na margem Norte, hoje já havia um peso maior da Margem Norte relativamente à Margem Sul em nº. de camas proporcionalmente ao nº. de população mas mesmo assim as propostas que apareciam no PROTAML na área da saúde, por exemplo, significava a construção de cinco novos hospitais na margem norte e zero hospitais na margem sul, apesar de haver a previsão de gastar cerca de 9 milhões de contos no Hospital Garcia de Orta, no Montijo e em Setúbal, as intervenções nas outras áreas eram o dobro das da Península de Setúbal. -

-----Encerrado o ponto 1 da Ordem de Trabalhos **o Presidente da Assembleia Municipal** perguntou ao Plenário se via inconveniente em que a Mesa procedesse aos trabalhos de escrutínio ou se pretendiam designar algum escrutinador. Como ninguém se manifestou a Mesa assegurou o

trabalho de escrutínio. -----

-----Deu em seguida início ao ponto 2 "**Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para Delegado ao Congresso Nacional da Associação Nacional de Municípios Portugueses**", tendo sido distribuídos os boletins de voto, para a eleição, por escrutínio secreto. -----

-----Recolhidos os boletins de voto, verificou-se a entrada na urna de 23 boletins, correspondente ao número de Membros presentes, após o que, contados os mesmos, se apurou o seguinte resultado: 12 votos expressos no Membro Félix Manuel Fernandes Perneco Rapaz, 4 votos expressos no Membro António Augusto Vieira Gomes, e 7 votos em branco.-----

-----**Nesta conformidade, ficou designado como Delegado ao Congresso Nacional da Associação Nacional de Municípios Portugueses o Presidente da Junta de Freguesia de Santiago (Sesimbra), Félix Manuel Fernandes Perneco Rapaz,** a quem o Presidente da Assembleia Municipal desejou as maiores felicidades.-----

-----Encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos, **o Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao ponto 3 "**Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para Integrar a Assembleia Distrital de Setúbal**", passando-se, em seguida, à distribuição dos boletins de voto pelos Membros presentes, para a eleição, por escrutínio secreto.-----

-----Recolhidos os boletins de voto, verificou-se a entrada de 23 boletins na urna, correspondente ao número de Membros presentes, após o que, contados os mesmos, se apurou o seguinte resultado: 12 votos expressos no Membro Augusto António Marques Duarte, 6 votos expressos no Membro António Augusto Vieira Gomes e 5 votos em branco. -----

-----**Nesta conformidade, foi eleito para integrar a Assembleia Distrital de Setúbal o Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Augusto António Marques Duarte,** a quem o Presidente da Assembleia Municipal desejou as maiores felicidades. -----

-----Encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos, **o Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao ponto 4 "**Eleição de um Representante dos Interesses dos Utentes para Integrar a Comissão Concelhia de Saúde**".-----

-----Distribuídos os boletins de voto, para a eleição, por escrutínio secreto, passou-se, depois, à recolha dos mesmos, tendo-se verificado a entrada na urna de 22 boletins, correspondente ao número de Membros presentes, uma vez que se verificou a ausência temporária do Membro Carlos Filipe Pereira de Oliveira. -----

-----Contados os boletins, apurou-se o seguinte resultado: 14 votos expressos no Membro Américo Manuel Machado Gegaloto, 1 voto expresso no Membro Miguel Maria Ferraz Alarcão Bastos e 7 votos brancos, **ficando, assim, eleito o Américo Manuel Machado Gegaloto como representante dos interesses dos utentes na Comissão Concelhia de Saúde**, tendo o Presidente da Assembleia Municipal desejado igualmente as maiores felicidades no desempenho do cargo.-----

-----Encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos, **o Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao ponto 5 **“Eleição de um Representante para Integrar o Conselho Geral do Hospital Garcia de Orta”**, passando-se à distribuição dos boletins de voto, para a eleição, por escrutínio secreto, pelos Membros presentes.-----

-----Recolhidos os boletins de voto, verificou-se a entrada na urna de 23 boletins, correspondente ao número de Membros presentes, após o que, contados os mesmos, se apurou o seguinte resultado: 13 votos expressos no Membro Miguel Maria Ferraz Alarcão Bastos, 6 votos expressos em José Fernando Brito Andrade e 4 votos em branco, tendo, assim, **sido eleito como representante da Assembleia Municipal para integrar o Conselho Geral do Hospital Garcia de Orta o Membro Miguel Maria Ferraz Alarcão Bastos**, tendo o Presidente da Assembleia Municipal desejado felicidades no desempenho do cargo para que fora novamente eleito.-----

----- Encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos, **o Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao ponto 6 **“Eleição de um Autarca de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético Municipal”**, passando-se a distribuir os boletins de voto pelos Membros presentes, para a eleição, por escrutínio secreto.-----

-----Em seguida, procedeu-se à recolha dos boletins de voto, tendo-se verificado a entrada na urna de 23 boletins de voto, correspondente ao número de Membros presentes.-----

-----Após a contagem dos mesmos, verificou-se o seguinte resultado: 16 votos no Membro António Augusto Vieira Gomes e 7 votos em branco, tendo, assim, **sido eleito, para integrar o Conselho Cinegético Municipal, o Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, António Augusto Vieira Gomes**, tendo o Presidente da Assembleia Municipal desejado felicidades na continuação desta representação.-----

-----Deu, em seguida, início à discussão do ponto 7 **Regimento da Assembleia Municipal**.-----

-----Informou que fora distribuída uma cópia do Regimento a todos os Membros na primeira reunião de funcionamento, contendo as necessárias alterações provenientes da legislação que

entretanto fora publicada. Esta matéria tinha sido analisada em reunião de líderes. Havia um consenso sobre quase tudo, mas não havendo um consenso total declarou aberta a discussão. -----

----- Usou da palavra **o Membro Odete Graça** que iniciou por dizer que conforme o Presidente da Assembleia Municipal informara, na reunião da Comissão de Líderes não se tinha obtido consenso no que respeitava ao Período de Intervenção Aberto ao Público. -----

-----Do ponto de vista da CDU a participação do público devia ser privilegiada em momento da Assembleia Municipal e não no momento em que já estavam todos muito cansados e sem capacidade. -----

-----A participação do público era extremamente importante porque podia ser uma forma de se poder analisar as posições que do ponto de vista político eram tomadas sobre determinados assuntos que eram agendados. -----

-----Não queria que o Público se transformasse noutra Bancada mas pensava que a sua participação devia ocorrer no momento em que não só as pessoas se encontravam em condições de colocar os problemas, como os Membros da Assembleia também se encontrassem em condições de ouvir os problemas que o público quisesse colocar, daí a sua Bancada não concordar que o Período de Intervenção Aberto ao Público fosse no fim das Assembleias Municipais. Havia exemplos de Assembleias Municipais onde o Público era o primeiro a falar, e isso era positivo, e não era uma forma de manipulação do quer que fosse dos Membros da Assembleia. -----

-----O Presidente da Assembleia Municipal sempre que dava a palavra ao público fazia sempre questão de referenciar que deviam ser colocadas questões de interesse para o Concelho -----

-----Assim propunha as seguintes alterações ao Regimento:-----

-----"Art. 28º. 1. -----

-----a) *Período de "antes da ordem do dia"* -----

-----b) *Período de "intervenção aberta ao público"*-----

-----c) *Período da "ordem do dia".*-----

-----Art. 31º. (...) 2 . *Excepcionalmente, por consenso entre o Presidente da Assembleia e os Líderes de Bancada, este período poderá ser alterado para o final da reunião.*" -----

-----O **Membro Miguel Bastos** disse que aquela questão tinha tantos anos quantos a própria Assembleia. Todos os Membros gostavam que o público participasse mas deviam ter a noção de que essa participação não devia interferir directamente nos trabalhos que estavam a decorrer da

Assembleia Municipal e o seu receio em alterar o Período Aberto ao Público para depois do Período de Antes da Ordem do Dia era que eventualmente o público interviesse sobre assuntos controversos da Ordem de Trabalhos e tornava-se uma situação delicada para o Orgão e não sabia se seria de alguma forma benéfico para o seu funcionamento. De qualquer forma ele estava aberto a voltar a discutir o problema. Ele não pudera comparecer à reunião de líderes por se encontrar doente. Pessoalmente achava que hoje não haviam condições de tomar uma decisão diferente daquela que o Regimento previa. -----

-----Mais disse que apesar das dificuldades que muitas vezes o Presidente da Assembleia Municipal tinha para gerir o Orgão as sessões já não terminavam muito tarde. -----

-----Haviam outras Assembleias em que o Público entregava previamente à Mesa da Assembleia os assuntos sobre os quais pretendia intervir, e isso poderia ser uma forma de metodologia de trabalho que fosse mais fácil por exemplo a uma comissão de líderes optar por um determinado sistema. -----

-----Ele pessoalmente não via inconveniente em se manter a actual redacção, nem via inconveniente em que sempre que fosse considerado necessário se alterar o Período de Intervenção ao Público para outra fase da Ordem de Trabalhos, e via com vantagem que quando houvesse algum grupo de cidadãos que pretendesse intervir sobre determinado assunto agendado informasse a Mesa o que possibilitaria a que o orgão se preparasse porque muitas vezes o público colocava a questão e a Assembleia só o esclarecia posteriormente. -----

-----**O Membro Carlos Filipe** disse que a Assembleia Municipal era um orgão composto por pessoas eleitas democraticamente e todos tinham a responsabilidade da análise dos assuntos que eram submetidos à Assembleia Municipal. A proposta de alteração da Bancada da CDU poderia constituir, em determinados assuntos, uma intervenção negativa para o trabalho da Assembleia, porque por exemplo se no início dos trabalhos estivesse presente um grupo de pessoas mobilizadas pela defesa dos seus legítimos interesses para pressionar a Assembleia a deliberar num determinado sentido. -----

-----A responsabilidade colectiva da Assembleia Municipal não era perante um grupo de cidadãos mas perante um concelho inteiro e a Assembleia Municipal devia actuar livre de quaisquer pressões. Por isso, na sua opinião, a participação do público antes da Ordem dos Trabalhos poderia prejudicar a liberdade dos membros da Assembleia na sua tomada de posição, porque as pessoas

podiam ser mais ou menos vulneráveis àquele tipo de pressão. Ele entendia que aquela não era uma forma de participação legítima mas sim uma certa subversão da participação da população e podia ser a subversão do funcionamento da Assembleia. No passado a Assembleia Municipal tivera algumas experiências da intervenção do público antes do período da Ordem de Trabalhos com questões extremamente complicadas para o Concelho e onde a Assembleia Municipal se tornara num órgão conflituoso relativamente às posições que a Câmara na altura defendia. Portanto depois de uma intervenção extremamente forte da população num determinado sentido havia uma bancada que estava constringida na expressão das suas posições. Quando alguém tinha uma posição legítima contra os interesses de um determinado grupo de pessoas presentes os membros eram apupados. Entendia que do ponto de vista do funcionamento da Assembleia Municipal aquele tipo de intervenção era extremamente negativo. -----

-----Era sensível a que as pessoas tivessem que esperar pelo fim das sessões mas também era verdade que as sessões presentemente acabavam mais cedo e pondo no prato da balança a liberdade e a responsabilidade dos membros da Assembleia e o sacrifício do público que pretendia intervir pensava que pesava mais para o lado da responsabilidade e liberdade de intervenção enquanto representantes de toda a população do concelho, até porque o sacrifício era de todos. -----

-----Usou depois da palavra **o Membro Aires Lisboa** que opinou que o público devia falar em primeiro lugar. Cada vez havia menos público presente independentemente das sessões terminarem mais cedo. Se se entendia que o público tinha uma palavra a dizer no que respeitava aos problemas que sentiam como dar uma outra forma de ver as questões e até alertar para a existência de outros problemas, não percebia porque é que o público tinha que ser sacrificado e esperar pelo fim das sessões. O público quando falava dirigia-se ao Presidente da Mesa da Assembleia e não a qualquer membro em particular. O Presidente da Mesa depois via se o presidente da Câmara estava em condições de responder ou então a pessoa era à posteriori informada pela Câmara, portanto não entendia que pressões é que poderiam existir que condicionassem as tomadas de posição. Se os membros tinham medo de responder às pressões então era porque não tinham consciência daquilo que estavam a fazer porque caso contrário, mesmo com erros, tinha-se que enfrentar. -----

-----Na sua opinião devia-se fazer a experiência de colocar o Período aberto à intervenção do Público antes do Período da Ordem de Trabalhos para ver se as Assembleias Municipais se tornavam mais participativas, e depois se verificaria se se ganhava ou não com a participação do

público.-----

-----Falou depois o **Membro Odete Graça** que pegando nas palavras do Membro Aires Lisboa acrescentou que se devia renovar por forma a que se tivesse um novo ponto de referência que podia ser de facto a mudança. Compreendia que a nova redacção já fora de facto um grande passo criando uma flexibilidade e adaptabilidade às circunstâncias. Acreditava que as experiências tinham sido más mas também acreditava que provavelmente não tinha sido só a alteração do Período Aberto à Intervenção do Público que corra mal mas sim todo o contexto. Se fosse feita uma sondagem se calhar o sentimento seria que fosse dada uma possibilidade. -----

-----Em relação à pressão da influência do Público, do seu ponto de vista ao contrário também era verdade porque quando os membros falavam queriam naturalmente esclarecer os seus pontos de vista tentando com eles influenciar ou mudar a posição de alguém que necessariamente eram todas as pessoas presentes desde a comunicação social aos munícipes, aos colegas da Assembleia e à própria Câmara, e aí a chamada manipulação ou pressão também acontecia da Assembleia para o Público. -----

-----O **Membro Carlos Filipe** disse que uma solução seria impor que o Público não pudesse intervir sobre os assuntos agendados na ordem de trabalhos. Interviria antes do Período da Ordem de Trabalhos, podiam trazer questões, mas não falavam sobre os assuntos da Ordem do Dia, mas esta seria uma forma de limitar a intervenção do público e em sua opinião acreditava que no fim da discussão dos assuntos haviam pessoas que legitimamente ficavam satisfeitas ou contrariadas com as deliberações da Assembleia Municipal e que se queriam expressar, mas fora de um quadro de pressão e de influência. -----

-----Disse depois que os Membros Odete Graça e Aires Lisboa estavam enganados porque a Assembleia não tinha 4 Bancadas, o Público não podia nem devia intervir de forma nenhuma na discussão dos pontos da agenda da ordem de trabalhos porque senão deixava-se de ser uma Assembleia e passava-se a reagir em função da pressão que estava no outro lado. Uma coisa era tentarem-se convencer uns aos outros porque essa era a função dos Membros da Assembleia Municipal, fazia parte do funcionamento do órgão que as Bancadas expressassem as suas posições e tentassem alterar as propostas em função daquilo que pensavam e muitas vezes isso era feito pois obtinha-se um consenso em benefício do Concelho, mas isso era perfeitamente normal, porque se houvesse posições pré-definidas sobre todas as matérias não eram necessários tantos Membros, mas

sim um representante de cada partido. Não se devia trazer para o debate mais a pressão da intervenção do Público. -----

-----A população tinha outras formas de participação na vida pública do Concelho, através do envio de exposições aos órgãos.-----

-----A participação da população na Assembleia Municipal não saía reforçada por alterar o Período, porque se o órgão perdia qualidade a população também perdia, se a Assembleia perdia liberdade, a população em geral perdia liberdade. A sua Bancada entendia que não se devia alterar o Regimento, porque o próprio Regimento previa que em situações pontuais o Período Aberto à Intervenção do Público pudesse ser alterado para outra fase da sessão.-----

-----**O Membro Miguel Bastos** disse que subscrevia, "grosso modo", as palavras do Membro Carlos Filipe porque achava que era extremamente perigoso colocar-se o Período do Público, por norma, antes da Ordem de Trabalhos, porque não tinha dúvidas que se aquela norma fosse institucionalizada haveriam grupos de pressão organizados e a Assembleia Municipal tornar-se-ia num inferno principalmente quando as questões eram quentes, porque naquelas situações os membros já por si ficavam nervosos e por vezes não se conseguiam controlar, se houvessem grupos de pessoas a instigarem, então a Assembleia Municipal transformava-se num incêndio. -----

-----Não via que houvesse vantagem na alteração do funcionamento da Assembleia Municipal porque o Público ou um grupo da população tinha o direito de se expressar à Assembleia Municipal por escrito, podia, inclusivamente, solicitar que a Assembleia Municipal ponderasse sobre a alteração do Período, dada a premência de determinada questão.-----

-----Se a população queria tanto intervir e participar então que pertencessem às listas dos eleitos.

-----Seguidamente por sugestão da Bancada da CDU os trabalhos foram suspensos por breves minutos.-----

-----Recomeçados os mesmos, usou da palavra **o Membro Aires Lisboa** que acrescentou que nas Assembleias Municipais onde a população falava antes da Ordem de Trabalhos, as pessoas não se pronunciavam sobre os assuntos agendados, mas sim sobre assuntos que lhe diziam respeito, portanto assuntos de interesse pessoal e para o Concelho. A Ordem de Trabalhos era para os Membros da Assembleia debaterem. -----

-----No Distrito de Setúbal existia maior percentagem de Assembleias cujo Período dedicado à intervenção do público era antes da Ordem de Trabalho. -----

-----O plenário estava a justificar a não alteração do Regimento com base em dois casos desagradáveis ao longo de bastantes anos, quando se devia inovar e procurar novas formas de actuar. Pessoalmente o que ele considerava incorrecto era que munícipes, após a votação dos assuntos, se pronunciassem sobre a discussão havida, dirigindo-se por vezes aos próprios membros da Assembleia Municipal.-----

-----Usou depois da palavra o **Membro Miguel Bastos** que disse que a questão de se permitir que o público apenas falasse de assuntos locais era complicada, porque se a Assembleia estava a deliberar relativamente à gestão e administração do próprio Município e implicitamente todos os problemas locais, como é que se ía evitar que os munícipes falassem sobre um assunto que estivesse agendado.-----

-----Na opinião da sua Bancada a redacção do Regimento devia-se manter tal como estava sem prejuízo de manter a disponibilidade de rever outras soluções para se criar cada vez mais condições para que o Público pudesse intervir.-----

-----Não havendo mais intervenções o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação a seguinte proposta de alteração ao Regimento apresentada pela Bancada da CDU:-----

-----"Art. 28º. 1.-----

-----a) Período de "antes da ordem do dia"-----

-----b) Período de "intervenção aberta ao público"-----

-----c) Período da "ordem do dia".-----

-----Art. 31º. (...) 2 . Excepcionalmente, por consenso entre o Presidente da Assembleia e os Líderes de Bancada, este período poderá ser alterado para o final da reunião."-----

-----**A proposta de alteração foi rejeitada, por maioria, com 18 votos contra das Bancadas do PS e da Coligação Eleitoral PPD/PSD.CDS-PP, e 5 votos a favor da Bancada da CDU.**-----

----- O Membro Odete Graça, prestou, em nome da Bancada da CDU, a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- "A Bancada da CDU entende que os órgãos autárquicos têm cada vez mais a possibilidade de estar ao lado das populações. Devem criar condições para que a população participe de uma forma naturalmente regimentada. Por isso defende que a intervenção aberta ao público deverá decorrer num período desta Assembleia que permita de uma forma clara e atempada colocar os problemas de acordo com aquilo que é o Regimento."-----

----- Seguidamente o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou à votação o **Regimento da Assembleia Municipal, que faz parte integrante desta acta, tendo sido aprovado por unanimidade.**-----

----- Encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos o **Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberto o ponto 8 da Ordem de Trabalhos "**Composição das Comissões Especializadas da Assembleia Municipal**" lembrando que este ponto incidia sobre o n.º. 1 do art. 54.º. do Regimento, que na prática já estabelecia quais eram as Comissões Especializadas, e em relação ao n.º. 3 do art. 56.º., que referia que o número de Membros efectivos das Comissões, tirando a Comissão de Líderes, cujo número estava automaticamente indicado, era fixado pela Assembleia Municipal. ----

----- Portanto, na prática, importava decidir qual a composição das Comissões Especializadas. ---

----- Vinha sendo prática corrente na Assembleia Municipal a composição das Comissões paritária, ou seja dois membros de cada Bancada da Assembleia Municipal. Pensava que esta matéria era consensual, pelo que a Mesa propunha que **as Comissões Especializadas, exceptuando a Comissão “A” em que o Regimento estipulava qual a sua composição, fossem compostas por dois Membros de cada força política. A proposta mereceu aprovação unânime.**-----

----- Seguidamente as Bancadas indicaram os respectivos elementos para comporem as Comissões. Assim a Comissão "B" ficou constituída da seguinte forma: -----

----- Américo Manuel Machado Gegaloto, Maria Albertina Cardoso Fernandes Oliveira, Carlos Afonso Guerreiro da Luz e Silva, Sandra Marília Martins Rodrigues de Carvalho, Carlos Filipe Pereira de Oliveira e Maria de Jesus Amiano Marques. -----

----- A Comissão "C" ficou constituída da seguinte forma: -----

----- José Carlos Ferreira Ezequiel, João Paulo Marques Dionísio, Fernando Eduardo Marques Antunes, José Henrique Peralta Polido, Ricardo Jorge Peixoto Pinto Simplício e Júlio Alves Joaquim. -----

----- A Comissão "D" ficou constituída da seguinte forma: -----

----- Maria Aurora de Cruzeiro Álvaro de Afonso Lopes, Lisandro Manuel Ribeiro Trafaria, Joaquina Odete Martins da Graça, Aires Patrício Fernandes Lisboa, Francisco Caupers de Sousa Alvim e Germano Óscar Amorim Barros. -----

----- Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu início ao ponto 9 da Ordem de Trabalhos "**Eleição dos Coordenadores das Comissões Especializadas**".-----

-----Passou-se, depois, por escrutínio secreto, à eleição do Coordenador da Comissão “B” - Legislação, Finanças, Administração Autárquica e Segurança Pública, tendo sido distribuídos os boletins de voto pelos Membros presentes.-----

-----Procedeu-se, em seguida, à recolha dos boletins de voto, tendo-se verificado a entrada na urna de 23 boletins de voto, correspondente ao número de Membros presentes.-----

-----**Verificados os boletins constatou-se que o Membro Carlos Filipe Pereira de Oliveira foi eleito, por unanimidade, para Coordenador da Comissão “B”.**-----

-----Em seguida, passou-se, por escrutínio secreto, à eleição do Coordenador da Comissão “C” - Ordenamento do Território, Habitação e Saneamento Básico, Ambiente, Actividades Económicas, Trânsito e Transportes, tendo sido distribuídos os boletins de voto pelos Membros presentes.-----

-----Recolhidos os boletins de voto, verificou-se a entrada na urna de 23 boletins de voto, correspondente ao número de Membros presentes.-----

-----**Verificados os boletins constatou-se que o Membro José Carlos Ferreira Ezequiel foi eleito, por unanimidade, para Coordenador da Comissão “C”.**-----

-----Passou-se, depois, à eleição, por escrutínio secreto, do Coordenador da Comissão “D” - Educação, Cultura, Juventude, Desporto, Saúde, Segurança Social e Boletim da Assembleia Municipal, tendo sido distribuído os boletins de voto pelos Membros presentes.-----

-----Procedeu-se, em seguida, à recolha dos boletins de voto, tendo-se verificado a entrada na urna de 23 boletins de voto, correspondente ao número de Membros presentes.-----

-----**Contados os mesmos, apurou-se que o Membro Joaquina Odete Martins da Graça foi eleito, por unanimidade, para Coordenadora da Comissão “D”.**-----

-----O Presidente da Assembleia Municipal desejou aos três Coordenadores as maiores felicidades no desempenho das funções.-----

-----Encerrado o ponto 9 da Ordem de Trabalhos, o Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a discussão do ponto 10 "Alteração de Âmbito Limitado do Plano de Pormenor do Pinhal do General", tendo informado que a documentação fora remetida a todos os membros. -

-----**Como nenhum membro diligenciou intervir o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a proposta da Câmara Municipal de alteração de âmbito limitado ao Plano de Pormenor do Pinhal do General, no que respeita à área do lote 1898 do Pinhal do General, tendo sido aprovado por unanimidade.**-----

----- Seguidamente deu início à discussão do ponto 11 da Ordem de Trabalhos "**Contratação de Empréstimo a Curto Prazo pela Câmara Municipal de Sesimbra até 10% dos Fundos de Base Municipal e Geral Municipal 2002**" tendo informado que o processo fora remetido a todos os Membros.-----

-----**O Membro Ricardo Simplício** perguntou se a Mesa da Assembleia Municipal tinha recebido juntamente com o processo o Plano de Tesouraria em relação ao ponto em discussão. -----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal** respondeu que juntamente com a Informação da Actividade Municipal a Assembleia recebera a Conta de Gerência respeitante ao mês de Janeiro.----

-----**O Membro Ricardo Simplício** disse que era colocada à votação da Assembleia Municipal a proposta de contratação de um empréstimo a curto prazo pela Câmara Municipal, que não vinha acompanhada pelo Plano de Tesouraria. Era apanágio da Bancada do PS, em situações anteriores em relação a este assunto, expressa nomeadamente na reunião de 18 de Abril de 1997, numa Declaração de Voto o seguinte: "A Bancada do PS absteve-se no pedido de empréstimo por uma questão processual de não dispor do Plano de Tesouraria (...)" Assim perguntava se não dispendo neste processo, do plano de tesouraria, estava curioso em saber qual seria a posição da Bancada do PS relativamente ao assunto, se ía mudar por contingências da Câmara ser maioria socialista ou se efectivamente iria manter o rigor na apreciação destes assuntos. -----

-----O Vice-Presidente respondeu que a contracção do empréstimo a curto prazo com as características de um de fundo de tesouraria, uma conta corrente que ao longo dos últimos quatro anos, pelo menos, não tinha havido necessidade de utilização, era apenas um instrumento financeiro e não obrigava do ponto de vista legal a que fosse junto a elaboração do orçamento de tesouraria. Naturalmente que não poderia responder pela Bancada em 1997, para além de não ter de memória aquela situação. -----

-----Pensava que a situação ao longo de todo o mandato anterior não se verificara e tinha havido sempre uma votação unânime, a menos que o PSD ou a CDU se tivesse abtido numa situação qualquer em 1998. No entanto a Bancada do PS tinha toda a liberdade de fazer o que entendesse. Do ponto de vista estritamente legal, não era obrigatória a junção do orçamento de tesouraria para os empréstimos a curto prazo, era sim para os empréstimos a médio e longo prazos. -----

-----A Câmara estava a elaborar a Conta de Gerência, a tratar da elaboração de uma alteração orçamental, uma vez que como era sabido por todos, o Plano e Orçamento que estavam em vigor

neste momento eram de 2001 revisto, porque face à introdução do POCAL era prevista aquela situação. Estava a elaborar o Plano para 2002 e respectivo Orçamento. A tratar das questões ligadas à introdução do POCAL, e portanto não havia sequer a possibilidade de neste momento a Câmara possuir um orçamento de tesouraria. Assim, considerava que para além de não ser uma obrigação legal, não constituía obstáculo a que o empréstimo, que era um mero instrumento financeiro, não fosse aprovado por esse facto. -----

-----**O Membro Ricardo Simplício** disse que não estava em causa minimamente a posição da Bancada do PSD relativamente à aprovação do ponto da Ordem de Trabalhos sem o plano de tesouraria. Era timbre da Bancada do PSD aprovar este pedido de empréstimo, sendo mero instrumento de tesouraria com custos diminutos, ou custo zero, dependendo da utilização que se fizesse. O que estava em causa era que sabendo que havia uma exigência da Bancada do PS em determinada altura de que esse Plano de Tesouraria fosse apresentado, se não haveria reserva por parte do PS em votar agora o empréstimo sem a anexação do Plano de Tesouraria. -----

-----**O Membro Miguel Bastos** disse que a questão legal já fora esclarecida pelo Vice-Presidente e havia a questão política que o Membro da Bancada do PSD levantava. Ele não se lembrava em pormenor do que se passava naquela fase da vida política que haviam levado a que o PS tomasse aquela posição, mas lembrava-se que ao longo de vários anos na Assembleia Municipal tinha havido grandes dificuldades de perceber a situação da tesouraria da Câmara, situação que a partir da gestão do PS passara a ser apresentada de uma forma completamente clara e inequívoca. Dentro deste contexto talvez por isso a Bancada do PS se tivesse absterido em 1997. A situação actual era perfeitamente clara e por isso não via razão para a abstenção. -----

-----**O Membro Ricardo Simplício** respondeu que segundo a acta da Assembleia Municipal de 18 de Abril de 1997, não tinha sido apontado nenhum motivo específico para a abstenção por parte do PS a não ser efectivamente o facto de a Bancada não ter elementos suficientes para sufragar a proposta. A situação fora diferente noutras alturas que envolvera nomeadamente a situação da escola da Quinta do Conde em 1995, mas em 1997 não havia qualquer problema relacionado com a aprovação da medida que não fosse a apreciação por parte da Bancada do PS do Plano de Tesouraria. -----

-----**O Membro Américo Gegaloto** disse que já se haviam passado alguns anos sobre 1997 e devia-se saber sobre que tipo de empréstimo se estava a referir, porque se era um empréstimo a

médio e longo prazo devia vir acompanhado daquele instrumento, agora se se estava a referir de um empréstimo a curto prazo não havia necessidade. De qualquer forma os motivos que haviam levado a Bancada do PS a tomar uma determinada posição não vinculava os membros actuais porque as circunstâncias e a composição dos órgãos eram completamente distintas. -----

----- **O Membro Ricardo Simplício** respondeu que a acta não referia circunstâncias e acrescentou que em Abril de 1997 estava em causa a contracção de um empréstimo a curto prazo no valor de 55 mil contos no sentido de reforçar a tesouraria em certos períodos do ano. -----

-----**O Membro Carlos Filipe** disse que na altura fora posta em questão a ausência do Plano de Tesouraria e existia aprovado o Plano e Orçamento, e neste momento nem orçamento existia, a Câmara estava a pedir autorização para a contracção de um empréstimo a curto prazo sem sequer se ter um orçamento aprovado, portanto se a situação naquele caso era pouco clara nesta era bastante escura. -----

-----**O Membro Miguel Bastos** disse que era necessário esclarecer que o Plano e Orçamento não estava aprovado porque a lei não o exigia e era preciso que ficasse claro que a legislação tinha sido alterada e o Plano e Orçamento podia ser aprovado até Abril de 02, e por outro lado sob o ponto de vista legal não era necessário Plano de Tesouraria para aquele tipo de empréstimo e ainda, como já referira em 1997 vivia-se nitidamente numa situação diferente em termos de gestão de contabilidade do que agora. -----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal** acrescentou que só nos anos em que haviam eleições o Plano e Orçamento era aprovado até Abril. -----

-----**O Membro Carlos Filipe** disse que não pusera em questão a aprovação do Plano e Orçamento, o que dissera fora que se a Bancada do PS em 1997 levantava o problema da não existência do Plano de Tesouraria no momento em que existia um orçamento que estava em vigor, neste momento a Assembleia Municipal ía aprovar um empréstimo sem Plano de Actividades e Orçamento aprovado, ou seja, sem possuir a perspectiva principal da execução orçamental para este ano e estava-se a pedir o empréstimo a curto prazo sem um orçamento portanto se naquela altura as coisas não eram claras neste caso ainda eram menos claras porque se estava a trabalhar com duodécimos do ano anterior. -----

-----**O Vice-Presidente** respondeu que ao contrário do que o Membro Carlos Filipe referira a Câmara tinha orçamento só que era igual ao do ano passado, a única alteração era que estava

convertido em euros. A Câmara tinha um Plano de Actividades que era igual ao do ano passado com as necessárias adaptações uma vez que haviam coisas que já tinham sido executadas e portanto não fazia sentido manter. Até final de Março, o que parecia complicado, a Câmara teria que apresentar um novo Plano Plurianual de investimentos e um novo orçamento que iria vigorar depois de aprovado pela Assembleia Municipal devendo essa proposta conter todos os gastos que foram realizados até Março. Este empréstimo era um mero fundo de tesouraria, comparado com a dimensão do orçamento ou da execução orçamental da Câmara que andava à volta dos 6 milhões de contos, que apenas era balizado por um dado, x% do antigo FEF, actual Fundo Geral e Fundo Base Municipal. Esses Fundos eram determinados na Lei do Orçamento do Estado. A partir do momento em que era aprovado eram conhecidos e as Câmaras podiam, naquela conformidade, recorrer àquele empréstimo, situação que nos últimos quatro anos, contrariamente ao que o Membro Carlos Filipe dissera, nunca fora acompanhado de orçamento de tesouraria porque a lei não o obrigava e era desnecessário, e nunca haviam sido sequer utilizados. -----

----- A Câmara procedera ao empréstimo por uma questão de salvaguarda, nunca precisara de tocar num tostão, apenas num ano transmitira ao Banco que talvez precisasse e por isso a Câmara tivera que pagar umas centenas de escudos de juros, mas nunca fora necessário mobilizar um escudo desses empréstimos durante 4 anos. -----

-----**O Membro Carlos Filipe** disse que só queria demonstrar alguma incoerência política por parte do PS e ela era evidente. -----

-----**O Membro Miguel Bastos** disse que o Membro Carlos Filipe acabara de dizer o que pretendia, ou seja, fazer um facto político de um assunto de lana caprina, quando sabia perfeitamente que por força da própria legislação a informação era muito mais clara do que era há quatro anos. -----

-----Não havendo mais intervenções **o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a proposta da Câmara Municipal de Contratação de Empréstimo a Curto Prazo até 10% dos Fundos de Base Municipal e Geral Municipal 2002, tendo sido deliberado, por unanimidade, autorizar a contratação de empréstimo a curto prazo na modalidade de conta corrente, para apoio a necessidades de tesouraria, a satisfazer até ao final do corrente ano, dentro do limite legal para este tipo de financiamento, nos termos e condições constantes da proposta apresentada pela Câmara Municipal.** -----

----- Usou, em seguida da palavra, o **Membro Ricardo Simplicio**, para em nome da Bancada do PSD, apresentar a seguinte **Declaração de Voto**:-----

-----"*A Bancada do PSD não questiona nesta sede, nem nunca questionou, a propriedade da contracção de empréstimos de curto prazo por parte da Câmara Municipal de Sesimbra. Entende-se que é um instrumento de tesouraria necessário, útil, com custos reduzidos, e efectivamente a única coisa que se quis demonstrar com a posição manifestada por esta Bancada foi efectivamente a incoerência por parte da Bancada do PS nesta matéria que numa determinada conjuntura e quando esta proposta foi apresentada pela Câmara Municipal e em que o Vereador do Pelouro era um Vereador do PSD foram postos problemas à contracção deste empréstimo de curto prazo e agora que a proposta é da Câmara de maioria socialista não coloca qualquer tipo de objecções a esta medida. O PSD sempre concordou com ela, e é coerente.*"-----

-----O **Membro Miguel Bastos**, apresentou, em nome da Bancada do PS, a seguinte **Declaração de Voto**:-----

-----"*A Bancada do PS votou favoravelmente este empréstimo por considerar que não só a legislação actual não obriga a qualquer plano de tesouraria para o mesmo ser aprovado como também por considerar que é um instrumento meramente de gestão para a própria autarquia. Por outro lado a incoerência que o PSD refere na nossa posição resulta e só do facto de nos anos anteriores a 97, na maior parte das vezes, estarmos às escuras sobre a situação económica da Câmara ao contrário do que se passa hoje em dia.*"-----

-----Encerrado o ponto 11 da Ordem de Trabalhos o **Presidente da Assembleia Municipal** deu início à discussão do ponto 12 aceite no início da sessão "**Construção do Pavilhão Gimnodesportivo da Quinta do Conde - Expropriação dos Lotes 2897, 2898, 2899 e 2900 do Conde 3 - Declaração de Utilidade Pública - Urgência do Processo - Posse Administrativa**" -

-----Informou que fotocópia de parte do processo fora distribuída pelos Membros no início dos trabalhos e perguntou se o plenário pretendia que a Câmara prestasse um esclarecimento inicial sobre a matéria.-----

-----O **Membro Carlos Afonso** perguntou quanto tempo é que o processo demorava e porque é que a Câmara adjudicava uma obra sem fazer prova de propriedade da totalidade do terreno.-----

-----O **Vereador Alberto Gameiro** esclareceu que este processo tivera início com o lançamento do concurso para a construção do pavilhão gimno-desportivo da Quinta do Conde, e durante o

processo de lançamento do concurso a Câmara fora negociando com os proprietários dos lotes do terreno no sentido de ficarem a aguardar pela disponibilidade de terrenos da Câmara para permutar com direitos de construção noutra localidade. Todos os processos tinham sido levados a bom porto à excepção destes 4 lotes que pertenciam a um proprietário. Tinha sido feita uma avaliação por um avaliador oficial, a qual fora comunicada ao proprietário mas este não aceitara o valor e assim o processo seguia através da expropriação para a Câmara poder tomar posse dos terrenos e avançar com a construção do Pavilhão. Depois o Tribunal decidiria sobre o valor final a atribuir ao terreno. -

-----**O Membro Aires Lisboa** disse que se a declaração de utilidade pública tinha que ser publicada em diário da república e no processo constava que a obra tinha que começar em Março, perguntava se a Câmara não se habilitava a subsídios oficiais.-----

-----**O Membro Carlos Afonso** disse que a Câmara antes de lançar o concurso deveria ter primeiro esclarecido a situação de posse da propriedade, e não desencadear o processo em simultâneo. Se o PPU estipulava que aquela zona era para equipamento, a Câmara antes da abertura de concurso devia providenciar de forma a ser proprietária dos terrenos, a não ser que a Câmara para se candidatar a alguma linha de crédito ou financiamento, tivesse que lançar a obra quanto antes. Se não existia esta possibilidade não entendia muito bem por que é que a Câmara desenvolvera o processo desta forma. -----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal** explicou que a Lei nº. 168/99 que aprovava o código das expropriações, no seu artigo 17º. dizia que o acto declarativo de utilidade pública e a sua renovação são sempre publicados por estrato na segunda série do Diário da República, notificado ou expropriado e aos mais interessados conhecidos por carta ou ofício sob registo com aviso de recepção devendo ser averbados no registo predial.-----

-----**O Vereador Alberto Gameiro** disse que esta situação não era sugéneres na Quinta do Conde, o Centro de Saúde ainda tinha lotes ocupados sobre os quais existiam processos em desenvolvimento de expropriação. O próprio mercado da Quinta do Conde tinha lotes que ainda não eram posse da Câmara Municipal. Estas obras foram desenvolvidas sem a Câmara ser possuidora da totalidade do terreno- -----

-----Neste caso para que aquilo não acontecesse a Câmara avançara com o projecto e desenvolvera todos os trâmites legais. A legislação permitia que a Câmara entrasse na posse dos lotes e o Tribunal decidia o valor final. A Câmara, com a publicação em diário da República ficava

em condições para chamar o empreiteiro, assinar o contrato, fazer o auto de consignação e iniciar a obra. -----

-----Primeiro a Câmara negociava com os proprietários e tentava chegar a acordo.-----

-----Usou depois da palavra **o Membro Odete Graça** que começou por dizer que a Quinta do Conde não tivera um ordenamento normal, portanto o que estava a acontecer com o pavilhão gimno-desportivo já acontecera com outros equipamentos, assim como a escola integrada 1,2 não tivera uma situação pacífica que viera a público quando alguém reivindicara a posse de algum terreno onde estava situada.-----

-----Foi feita a referência do valor global da obra já adjudicado de cerca de 300 mil contos pelo que perguntava se tinha sido celebrado algum protocolo com alguma entidade para a feitura do Pavilhão. No caso afirmativo quais foram os compromissos assumidos pela Câmara no sentido da comparticipação do terreno da obra ou no global, e se a Câmara adicionara o valor que já estava em negociação com o proprietário. Sendo que as negociações não haviam corrido tão amenamente como previsto e que a obra já estava adjudicada qual era a previsão do pagamento que a Câmara tinha que fazer à empresa já que não poderia iniciar a obra enquanto não estivesse na posse do terreno, ou seja a Câmara já estava numa situação de ter que assumir a responsabilidade relativamente à demora que estava a ocorrer entre o início da obra e a posse do terreno. -----

-----Por último disse que o Vereador corra para ter o pavilhão no anterior mandato mas afinal sobrara para este. -----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal** esclareceu que a obra estava adjudicada mas o contrato não estava assinado. -----

-----**O Membro Júlio Joaquim** disse que qualquer munícipe para fazer uma obra tinha que fazer prova da posse do terreno, tendo perguntado como é que era em relação à Câmara Municipal. -----

-----Tinha muitas dúvidas em relação ao processo e não se sentia à vontade para em consciência estar a votar um documento que pudesse estar a prejudicar interesses de um munícipe, para depois o processo ser remetido para tribunal quando a situação devia ser esclarecida antes.-----

-----**O Membro Ricardo Simplício** disse que a informação prestada fora tardia e insuficiente, ele pessoalmente também não se considerava devidamente esclarecido quanto ao assunto e não sabia se seria possível fazer uma previsão em termos globais do que se ía passar no futuro porque a acção judicial era necessariamente incerta, era incerto o preço que se ía atribuir aos lotes e era

incerto o provimento da acção na sua perspectiva. As informações prestadas eram insuficientes até porque se podia eventualmente questionar da propriedade da iniciativa de construir nesta altura, naquele sítio com este orçamento. -----

-----**O Presidente da Câmara** respondeu que naturalmente ninguém punha em dúvida a necessidade de um pavilhão gimno-desportivo para a Quinta do Conde, porque todos vinham a reivindicar esse equipamento para em especial os jovens em idade escolar. A Câmara avançara com o processo, apresentara uma candidatura à DREL e felizmente tinha sido assinado um protocolo e contemplado um financiamento de 130 mil contos. A obra estava incluída em PIDDAC. Em paralelo a Câmara avançara com conversações com os proprietários dos terrenos com vista à aquisição por parte da Câmara Municipal ou então à permuta com outros de modo a que esses proprietários pudessem ter direito à construção, que fora isso que tinham em mente quando haviam comprado os lotes. O processo negocial demorara muito mais tempo para além daquele que estava previsto, ficando a Câmara empatada com este proprietário que tinha quatro lotes. A partir daí a Câmara desenvolvera um processo legítimo que não podia ser posto em causa por ninguém. -----

----- Não tinha havido aceitação por parte do proprietário, a Câmara pedira uma avaliação do terreno. O avaliador dizia que o valor era x e o proprietário dizia que era y, portanto não havendo acordo a Câmara deliberara pela posse administrativa dos lotes e era esse o processo que estava presente na Assembleia Municipal. Na eventualidade da Assembleia Municipal deliberar favoravelmente, que era isso que esperava, seria declarada a utilidade pública e o processo seguia para tribunal para ser decidido o valor.-----

-----A obra avançava a partir do momento em que fosse declarada a utilidade pública e fosse assinado o auto de consignação com o empreiteiro, que ainda não fora feito porque ainda não havia a posse a administrativa.-----

-----Respondendo ao Membro Júlio Joaquim disse que também a Câmara tinha que deter a posse do terreno para fazer a obra, não tendo conseguido através de negociações, pedia à Assembleia para deliberar nesse sentido. -----

-----Usou, em seguida da palavra o **Membro Lisandro Trafaria** que disse que os proprietários de lotes na Quinta do Conde, devido às necessidades de equipamento que a Quinta do Conde tinha, muitas vezes viam-se confrontados com esta situação porque o loteador não tinha deixado áreas disponíveis para tais fins. Como tal, lamentando que alguns proprietários tivessem que ficar sem os

seus terrenos, não se podia evitar esta solução. Não bastava irem para a comunicação social reclamar que não tinham escolas, posto médico, etc, era preciso haverem áreas disponíveis e para que tal acontecesse era necessária a expropriação de terrenos a pessoas que os tinham comprado com outras finalidades. Lamentava que isto tivesse que suceder mas não se podia evitar porque se se queria o progresso na Quinta do Conde e o bem estar das populações ter-se-ia que ir por esta via.

-----Usou, em seguida, da palavra **o Membro Sandra Carvalho** que disse que se devia discordar sempre da postura de dizer que uma autarquia devia ir pelo caminho da expropriação como primeira medida para se concluir obras constantes do programa político. Na sua opinião a expropriação devia ser sempre a última medida e não a primeira. A sua Bancada não punha em causa a utilidade do equipamento, nem o valor, nem a premência ou urgência em tratar os processos o mais rapidamente possível, o que a sua Bancada punha em causa era o procedimento de se ter que se chegar a uma altura destas, em cima do mês de Março, e a Assembleia Municipal ter que aprovar o assunto à pressa, em cima do joelho, havendo o risco, se calhar, de mais tarde o tribunal entender de maneira diferente. Todo este procedimento poderia ter sido feito exactamente ao contrário, poder-se-ia chegar a um acordo com o proprietário ou não, mas não apareceria na deliberação da Câmara que a obra já estava adjudicada. -----

-----**O Membro Aires Lisboa** acrescentou que se estava a dias de Março e a obra, segundo os documentos, iria começar no início de Março, tendo perguntado se a declaração de utilidade pública e a posse administrativa dos terrenos era em simultâneo e se bastava a deliberação da Assembleia Municipal para a Câmara poder avançar. -----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal** passou a ler que o nº. 2 do artigo 14 da Lei 168/99, que dizia que "(...) a competência para a declaração de utilidade pública das expropriações da iniciativa da administração local autárquica, para efeitos de concretização de Plano de Urbanização ou de Plano de Pormenor eficaz é da respectiva Assembleia Municipal.(...)"-----

-----**O Membro Ricardo Simplicio** disse que todos eram unânimes em considerar que o Pavilhão era um equipamento importante para o Concelho e para a região, mas se a Assembleia Municipal tinha importância para decidir uma coisa tão importante como esta, estando em causa interesses particulares de propriedade privada, era mais uma razão para estes assuntos serem tratados com tempo para poderem ser discutidos com outro conhecimento de causa e ponderação. --

-----**O Presidente da Assembleia Municipal** explicou que como as comissões especializadas

ainda não estavam a funcionar o assunto não tinha recaído sobre uma delas porque era aí que era o local ideal para se aprofundar a discussão da matéria. -----

-----**O Membro Américo Gegaloto** perguntou há quantos anos é que estes lotes estavam em zona de equipamento, tendo sido respondido que estavam desde 1986. -----

-----**O Membro Ricardo Simplício** disse que aquela informação devia constar da documentação porque era importante. -----

-----**O Membro Odete Graça** salientou que ficasse claro que a Bancada da CDU não estava a criar qualquer problema à criação do equipamento, aliás fazia questão que a Assembleia Municipal realizasse uma sessão no Pavilhão com os jovens e não só. As dúvidas manifestadas foram porque em primeiro lugar eram novos no órgão, em segundo lugar porque não queria deixar de dar satisfação ao pedido pela Câmara Municipal, e em terceiro lugar porque para tomar uma decisão devia haver esclarecimento.-----

-----**O Presidente da Assembleia Municipal** disse que de facto tinha havido uma série de situações nomeadamente a entrada tardia do processo conforme fora referido inicialmente, o facto da urgência na sua deliberação e também por a Comissão de Líderes ter decidido não convocar uma sessão antes das eleições legislativas, tudo isto, de certa forma, condicionara a apreciação do documento. -----

-----Como mais ninguém pretendeu usar da palavra, **o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a proposta da Câmara Municipal, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade:**-----

-----**1. Declarar a utilidade pública dos lotes 2897, 2898, 2899 e 2900 sitos no Conde 3, Freguesia da Quinta do Conde;**-----

-----**2. Reconhecer a urgência do processo;**-----

-----**3. Autorizar a posse administrativa dos terrenos a expropriar identificados no nº. 1.**---

-----**O Membro Ricardo Simplício** prestou, em nome da Bancada do PSD, a seguinte **Declaração de Voto:**-----

-----"A *Bancada do PSD* votou favoravelmente este ponto da *Ordem de trabalhos* por considerar que este equipamento é *relevantíssimo* para o *Concelho* e para a *Freguesia da Quinta do Conde*. De modo nenhum se põe isso em causa, o que se pede de futuro à *Câmara Municipal* é que apresente em devido tempo e com uma *antecedência maior* do que efectivamente fez nesta

situação, a documentação necessária para avaliar devidamente todo o processo e para se poder votar em consciência e com todos os dados na mão, e para que não se ponham as interrogações que efectivamente se tinham colocado que eram legítimas dada a falta de informação atempada."

-----Esgotada a Ordem de Trabalhos, **o Presidente da Assembleia Municipal** abriu o **Período de "Intervenção Aberto ao Público"**, tendo usado da palavra **o Munícipe Francisco David** que na qualidade de morador de uma fracção da habitação social recentemente atribuída na Rua da Cruz referiu alguns problemas relacionados com a sua habitação, já expostos por escrito ao Sr. Presidente da Câmara.-----

----- Encerrado **o Período de "Intervenção Aberta ao Público"**, foi, por consenso, dispensada a leitura da acta em minuta da presente sessão, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respectiva assinatura.-----

-----Seguidamente, **o Presidente da Assembleia Municipal** declarou encerrada a sessão eram duas horas do dia vinte e três de Fevereiro.-----

-----Para constar se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelo Presidente, pelo Secretário e pelos Membros que o desejarem fazer.-----